

NOTAS EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto Operacional

1.1. Perfil da Companhia: A Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Ipojuca-Pernambuco. A companhia passou a integrar o Grupo Localfrio a partir de Dezembro de 2010, sendo atualmente, controlada pela Atlântico Terminas S.A.. A companhia tem por objeto social principal estabelecer armazéns gerais, frigoríficos ou não, para a guarda e conservação de produtos sob o frio ou mercadorias “secas”, emitindo títulos especiais que os representem; executar quaisquer serviços que lhe sejam incumbidos pelos depositantes das mercadorias e que com ela se relacionem; exercer a atividade de operadora portuária; armazenar produtos saneantes, domissanitários, correlatos, higiene pessoal, cosméticos, perfumes, farmacêuticos e outros não frigorificados; participar em outras sociedades nacionais e estrangeiras, transporte multimodal de cargas, em geral em todo território nacional e exterior; aluguéis de máquinas, equipamentos e veículos; fumigação, reparos de containers e a realização de serviços de despachantes aduaneiros.

Em dezembro/2022, houve reunião da Localfrio com a equipe técnica da Antaq, com sinalização positiva acerca da aprovação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – Evtea. Neste momento, aguarda-se apenas a validação pela Antaq do valor proposto do Evtea apresentado pela Localfrio. A unificação dos contratos permitirá que a Receita Federal trate a área total como um único Recinto Alfandegado, aumentando a eficiência e reduzindo custos. Em 23 de agosto de 2016, foram assinados, com a SEP, aditamentos aos respectivos contratos (5º Termo Aditivo – Suata e 10º Termo Aditivo – Atlântico), transferindo a titularidade desses contratos para a Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos. Desde o término do seu contrato de arrendamento, em abril de 2021, a Suata opera por meio de contratos de transição sucessivos assinados com o Poder Concedente.

1.2. Mensagem da Administração: O ano de 2022 foi marcado por um conturbado ambiente macroeconômico onde não estávamos totalmente fora dos riscos da pandemia da Covid-19 e seus reflexos mundiais. O ano também trouxe as consequências da deflagração do conflito entre a Rússia e Ucrânia que, além dos impactos humanos e sociais pressionou as cadeias de suprimentos de energia e combustível. Todo esse cenário impulsionou o aumento nas taxas de juros buscando conter o aumento generalizado dos preços.

Seguindo de forma bastante disciplinada seu planejamento estratégico de verticalizar cada vez mais as soluções oferecidas aos clientes garantindo uma proposta de valor segura, eficiente e confiável.

Conquistamos metas importantes por meio de parcerias bem estabelecidas com clientes estratégicos que tem percebido como nossa operação logística pode gerar valor para suas estratégias de negócios, seja por meio da postergação da nacionalização de cargas, regimes aduaneiros especiais, armazenamento prolongado, solução logística, aumento da segurança entre outros benefícios.

Ainda como destaque é um dos maiores operadores logísticos de produtos químicos do país e, no porto de Suape, detém a liderança de cargas de projeto para grandes parques eólicos do Norte e Nordeste.

Para o futuro, temos muito a conquistar ainda, em todos os níveis, mas certamente esses números nos dão um novo fôlego para atingirmos novos objetivos e a busca em acelerar o fortalecimento de seu Balanço Patrimonial.

Nós, da Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A, seguimos sendo transformadores, conscientes e capitaneando novos negócios. Temos certeza de que esta jornada está só começando. Agradecemos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e a todos aqueles que acreditam e estão conosco nesse objetivo e propósito de transformação.

Agradecemos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e a todos aqueles que acreditam e estão conosco nesse objetivo e propósito de transformação.

Rodrigo Casado
CEO

2. Resumo das principais políticas contábeis e Base de preparação

A íntegra das demonstrações financeiras e notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia Rua Guararapes, 1909 Edifício Baronesa 9º andar, Brooklin Novo - São Paulo/SP. **A) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC).** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A emissão dessa demonstração contábil foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 31 de março de 2021. As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **B) Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e de suas controladas. **2.1** As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **A) Caixa e equivalentes de caixa** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e saldos em contas garantidas, quando aplicável. **B) Contas a receber de clientes** O contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das empresas do Grupo, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados como créditos tributários. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada com contas a receber. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda esperada com contas a receber, se necessária. Durante o exercício, o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes foi de 32 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante. **C) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos

e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. A Administração do Grupo efetuou o estudo da projeção de lucro tributável futuro e não constatou indícios de redução aos valores registrados.

Em 2022 a Companhia reconheceu ativos diferidos na investida Suata no montante de R\$11,6 milhões, com base no CPC 32, onde determina que o ativo fiscal diferido seja reconhecido após análise de diferenças temporárias dedutíveis, compensações futuras de prejuízos fiscais não utilizados e compensações futuras de créditos fiscais não utilizados.

A Companhia se respalda e fundamenta através de estudo técnico de viabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros trazidos a valor presente, realizado por empresa independente e especializada. **D)**

Imobilizado Os Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 (data de transição para os CPCs), acrescidos dos gastos incorridos a partir daquela data pelo custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo inclui gastos que foram diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários a que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. **E) Intangível. 1) Concessões de serviços públicos** A Companhia e suas controladas Atlântico e Suata possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamentos. Essas companhias atuam sob regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC no 01 (R1) - "Contratos de Concessão", em função do preço não ser regulamentado pelo poder concedente. Dessa forma, não foram efetuados ajustes ou reclassificações nas demonstrações contábeis da Companhia ou do Grupo em decorrência desse pronunciamento. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor atribuído às concessões refere-se ao valor justo das concessões das controladas Atlântico e Suata, atribuído como parte da alocação da contraprestação paga na aquisição dessas empresas em 2010. **2) Outros ativos intangíveis** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados. **3) Amortização** A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, se aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **F) Fornecedores** O contas a pagar de fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **G) Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Jacqueline Lorena Ribeiro - CFO

Piero Grassi Simione - Diretor Comercial

Juarez Gonsalves dos Santos - Contador CRC 1SP248427/O-6